

**DOS RETRATOS QUE EL-REY NÃO VIU:  
COMPADRIO ENTRE LIVRES E ESCRAVIZADOS  
NA OCUPAÇÃO DA AMÉRICA PORTUGUESA  
MERIDIONAL**

**DOS RETRATOS QUE EL-REY NÃO VIU:  
COMPADRIO ENTRE LIVRES E ESCRAVIZADOS NA  
OCUPAÇÃO DA AMÉRICA PORTUGUESA  
MERIDIONAL**

MÁRCIO BLANCO RAZZERA\*

**Resumo:** O presente artigo trata sobre as relações de compadrio estabelecidas entre pessoas livres e escravizadas durante a integração do Rio Grande de São Pedro, atual Rio Grande do Sul, ao complexo ultramarino português. Analisa-se a freguesia de Viamão entre 1747 e 1759, período em que a localidade recebeu diversas correntes migratórias e formou sua primeira elite escravista. Este recorte abarca o período em que a Coroa portuguesa fomentou a povoação da fronteira sul como forma de garantir a posse do território. O grande número de livres batizando filhos de escravos, unidos através do parentesco fictício grupos de procedências variadas presentes na colonização, foi importante para a fixação territorial e para a demarcação de poderes, colaborando para a expansão do império lusitano e dos valores de Antigo Regime. Discute-se a ideia de *hierarquias sociais costumeiras* e as relações entre senhores e escravos na localidade em questão. O principal corpus documental são as fontes produzidas em âmbito paroquial, em especial os registros de batismo e róis de confessados.

**Palavras-chave:** escravidão; compadrio; elites coloniais.

**Abstract:** This article deals with the relations established between free and enslaved people during the integration of Rio Grande de São Pedro, current Rio Grande do Sul, to the Portuguese overseas complex. The parish of Viamão is analyzed between 1747 and 1759, a period in which the locality received several migratory currents and formed its first slaver elite. This clipping covers the period in which the Portuguese Crown promoted the settlement of the southern border as a way of guaranteeing the possession of the territory. The large number of free people baptizing children of slaves, united through fictitious kinship groups of varied origins present in the colonization, was important for the territorial fixation and for the demarcation of powers, collaborating for the expansion of the Lusitanian empire and the values of the Ancien Régime. The idea of *hierarquias sociais costumeiras* and the relations between masters and slaves in the locality in question are discussed. The main documental corpus is the sources produced in the parish scope, in particular the baptism records and róis de confessados.

**Keywords:** slavery; kinship; colonial elites.

---

\* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista do CNPq. (E-mail: marciomunhozblanco@gmail.com).

## Introdução

Eis a cena. Em 8 de dezembro do ano da graça de 1747 realizava-se a primeira missa na capela da recém-criada freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, na comandância militar e futura capitania do Rio Grande de São Pedro, atual Rio Grande do Sul. Era o dia da padroeira e doze crianças foram batizadas, sendo que seis delas eram filhas de ventre escravizado. Dentre os presentes na cerimônia estavam Francisco Pinto Bandeira e João de Magalhães, dois dos colonizadores pioneiros na localidade; o segundo batizava sua sexta filha, enquanto o primeiro levava duas famílias cativas de sua propriedade para batizarem seus rebentos.<sup>1</sup> Se um quadro houvesse sido pintado na ocasião, ele retrataria pessoas de diferentes cores, origens e status ao redor da mesma pia batismal no interior de uma pequena capela em um tímido arraial.

Não tratarei sobre arte, tomo-a de empréstimo somente como metáfora para discutir os laços entre livres e escravizados registrados no *1º livro de batismos* de Viamão, relativo ao intervalo entre 1747-1759. O período em questão foi um dos mais turbulentos da geopolítica ibérica no Novo Mundo. A exploração aurífera em Minas Gerais realocou o Brasil como centro da implantação da nova *razão de Estado*. A fronteira meridional adquiriu importância, pois, com a nova lógica de colonização baseada na fixação territorial, a Coroa precisava garantir o espaço geográfico à margem esquerda do rio da Prata<sup>2</sup>. Para assegurar a posse dos campos sulinos em nome d'El-Rey, gente de diversos cantos se aventurou, levando consigo parentes, escravos e o desejo de afidalgar-se naquelas paragens. Este é o caso dos dois pioneiros citados. A presença de escravistas e escravizados à pia batismal não foi uma idiosincrasia de um provável dia festivo, mas a representação da convivência rotineira destes dois grupos, com todos seus conflitos e negociações – negociações desiguais, mas negociações. Conforme se verá, a conquista do sul não se fez sem negociações com estratos da base da pirâmide social – e disto Pinto Bandeira e Magalhães entendiam bem.

O artigo que o leitor tem em mãos (ou em tela) discute a implementação da colonização do Rio Grande de São Pedro a partir dos vínculos de compadrio estabelecidos entre pessoas livres e escravizadas e procura entender a importância destes laços para os sujeitos envolvidos.

---

<sup>1</sup> AHCMPA, 1º LBV.

<sup>2</sup> RIBEIRO, Mônica da Silva. “Razão de Estado” na cultura política moderna: o império português, anos 1720-1730. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.131-154.

Para tal, aproximo-me da *micro-história italiana*, em particular da: a) redução de escala<sup>3</sup>, utilizando a freguesia de Viamão como microcosmo das relações entre os citados agentes sociais; b) da utilização do nome como fio condutor<sup>4</sup> para identificar os sujeitos nos registros paroquiais e entender suas escolhas. Nas páginas que seguem, serão apresentados os compadrios estabelecidos por alguns escravos de Francisco Pinto Bandeira e João de Magalhães. As principais fontes são os registros batismais e róis de confessados, complementados por assentos de matrimônios e óbitos.

### **Retratos de uma fronteira escravista do Império português**

A *frota de João de Magalhães* é um dos marcos da colonização lusa na América meridional. Este episódio consiste em uma expedição saída da vila de Laguna, em Santa Catarina, em direção a Viamão, no Rio Grande de São Pedro. A empreitada foi arquitetada pelo prestigiado capitão-mor local, Francisco de Brito Peixoto e levada a cabo por seu genro, o tal João de Magalhães. No ano de 1725, Magalhães liderou dezenas de homens, incluindo escravizados, em uma expedição com espírito de bandeira que estabeleceu contato com grupos nativos e conduziu centenas de cabeças de gado a Laguna. Este feito seria lembrado anos mais tarde quando Brito Peixoto escreveria ao rei de Portugal<sup>5</sup>. Naquela carta, Brito Peixoto se valeu de uma retórica típica das conquistas para acionar os vínculos de reciprocidade entre vassalos e a monarquia. Ele ressaltou que toda empreitada fora feita às suas custas – indicando a importância dos campos sulinos para o projeto colonial lusitano – e destacou o papel de intermediário com os minuanos. A proximidade destes homens com as camadas subalternizadas em Laguna e as formas de poder daí decorrentes também foram levadas para os novos domínios<sup>6</sup>.

Na década de 1730 os primeiros estancieiros começaram a chegar em Viamão.<sup>7</sup> Em 1741 a localidade já era o centro criatório do Rio Grande de São Pedro e em 1747 foi elevado

---

<sup>3</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história**: novas perspectivas. 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 133-161.

<sup>4</sup> GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

<sup>5</sup> KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII. Tese de Doutorado - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Niterói, 2006. HAMEISTER, Martha Daisson. **O continente do Rio Grande de São Pedro**: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727- c.1763). Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2002.

<sup>6</sup> BLANCO, Márcio Munhoz. *Op.cit.*

<sup>7</sup> Em meados do século XVIII a freguesia de Viamão correspondia, aproximadamente, à atual região metropolitana de Porto Alegre. Ver: BLANCO, Márcio Munhoz. *Op.cit.*

à freguesia. A década seguinte foi marcada por um grande crescimento populacional que, além do contingente lagunense, contou com outras correntes migratórias, como açorianos, ameríndios dos domínios de Espanha e africanos escravizados<sup>8</sup>. A presença de açorianos e guaranis missionários relacionou-se, em parte, à política metropolitana de povoamento. Com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, Portugal cedeu a Colônia de Sacramento e recebeu os Sete Povos das Missões. Os guaranis deveriam migrar para a outra margem do rio Uruguai, abandonando as reduções para que fossem ocupadas por famílias lusitanas. Parte dos aldeados recusou-se a aceitar tal imposição e pegou em armas contra os exércitos ibéricos em um episódio conhecido como Guerra Guaranítica. A Coroa portuguesa colocou em prática a política de povoamento, buscando atrair casais açorianos com a promessa de terra e também atrair ameríndios para os domínios portugueses. A documentação paroquial atesta a presença de guaranis – atraídos pela política metropolitana ou fugindo da guerra<sup>9</sup> - e também muitos casais de ilhéus recém-chegados à espera do traslado para as Missões. Viamão foi, portanto, palco privilegiado da política de povoamento característica da nova *razão de Estado* portuguesa. É o tipo de retrato que a monarquia deve ter gostado de ver.

Os escravizados em Viamão correspondiam a aproximadamente 40% da população local e eram majoritariamente africanos. Esta freguesia vivenciou, em paralelo ao crescimento demográfico da década de 1750, um processo de concentração da mão de obra escravizada nas mãos de um pequeno grupo de proprietários – senhores de mais de dez escravos – conectados às redes do tráfico negreiro. Os senhores de pequenas escravarias buscavam contornar tal situação recorrendo à força de trabalho de indígenas, forros e livres pobres<sup>10</sup>. A integração da fronteira sul da América portuguesa ao complexo ultramarino se deu com a convivência de pessoas de três continentes: ameríndios, portugueses (do continente e das ilhas) e africanos (em especial da África Central Atlântica). Tal convivência diz respeito não somente à rotina de trabalho, mas também ao compromisso estabelecido à pia batismal.

O batismo é o ritual de entrada no mundo católico e representa a purificação do pecado original. Mediante este sacramento padrinhos tornam-se pais espirituais do neófito e irmãos espirituais dos compadres. Aos padrinhos cabe educação, aconselhamento e encaminhamento profissional e matrimonial, recebendo respeito e apoio dos afilhados. Pais espirituais e

---

<sup>8</sup> BLANCO, Márcio Munhoz. *Op.cit.*

<sup>9</sup> GARCIA, Elisa Frühauf. **As diversas formas de ser índio**: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Niterói, 2007.

<sup>10</sup> RAZZERA, Márcio Blanco. Das mãos que amainam o gado e lavram a terra: escravidão, população e trabalho em Viamão (1747-1759). In: **Aedos**. No prelo.

biológicos devem respeito e solidariedade uns aos outros<sup>11</sup>. Embora o batismo seja um ritual cristão, pesquisadores do Brasil escravista acreditam que ele tenha sido ressignificado e reincorporado por africanos no contexto de diáspora e escravidão moderna<sup>12</sup>.

No livro paroquial de batismos contabilizam-se 559 cerimônias realizadas entre 1747 e 1759. Foram 141 (25%) crianças nascidas de ventre escravizado que foram batizadas por homens e mulheres escravizados, livres, forros e, em uma ocasião, uma madrinha indígena. A historiografia do compadrio (nome que se dá ao vínculo entre pais biológicos e pais espirituais de uma criança) convencionou chamar de laços *horizontais* aqueles estabelecidos entre pessoas da mesma condição sociojurídica e de laços *verticais* aqueles estabelecidos entre pessoas de condição distinta – em que os padrinhos pertencem a categorias sociais superiores aos pais da criança cativa<sup>13</sup>. Embora o presente artigo dedique-se aos laços verticais, não se pode deixar de destacar que em 21% dos batismos de crianças filhas de mães escravizadas, compareceram padrinhos e madrinhas desta mesma condição. A horizontalidade do compadrio escravo é vista como um reforço das solidariedades e identidades no cativo<sup>14</sup>. A maioria das crianças cativas da freguesia de Viamão, no entanto, foi apadrinhada por pessoas livres: 75% dos padrinhos e

<sup>11</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir de registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). Tese de Doutorado- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2006.

<sup>12</sup> Sílvia Brügger toma como base estudos sobre o candomblé e encontra similaridades entre a figura dos compadres presentes na ritualística afro-brasileira com a função do compadrio católico. Já Martha Hameister parte da santeria cubana para destacar que ensinamentos cristãos podem ter sido interpretados de maneira a preservar traços das ritualísticas naitais africanas. BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Compadrio e escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rey, 1730-1850. In: **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, 2004, p. 19. HAMEISTER, Martha Daisson. *Op. cit.*, p. 318-324.

<sup>13</sup> As investigações sobre compadrio escravo inserem-se dentro das pesquisas sobre família escrava, no sentido mais amplo, e sobre a própria agência escrava. Na década de 1980, o estudo de Stephen Gudeman e Stuart Schwartz foi o pioneiro na temática do compadrio escravo. Desde então, observa-se uma afirmação da organização social e familiar de cativos em oposição à suposta anomia que se supunha existir. É possível elencar alguns aspectos, dentre outros, observados pelos estudos sobre compadrio escravo: relação entre escolhas e tamanho do plantel; relação entre batismos e ciclo de vida; quem escolhia os compadres: os senhores ou os próprios escravizados? Sobre este último tópico, Bacellar adverte que muitos estudos parecem tomar como certo que os senhores não interferiam no batismo e escolha de padrinhos para crianças cativas. Para Bacellar não há razão para crer que senhores fossem indiferentes ao batismo de escravos, visto que a cerimônia servia como registro comprobatório de propriedade e sacralizava laços com pessoas externas aos seus domínios. Alguns exemplos de compadrios nas senzalas de Pinto Bandeira e Magalhães, apresentados a seguir, me parecem ilustrativos da interferência senhorial no batismo de cativos. Ver: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- Anpuh 2011**. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado Criando porcos e arando a terra: família e compadrio entre os escravos de uma economia de abastecimento (São Luís do Paraitinga, Capitania de São Paulo, 1773-1840). In: **3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José. **Escravidão e invenção da liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 33-59.

<sup>14</sup> Este é o entendimento de Donald Ramos, por exemplo, que considera que o compadrio entre escravos, assim como as irmandades religiosas, funcionava como espaço de manutenção cultural e estímulo à formação de lideranças. RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. In: **Varia História**. Belo Horizonte, volume 20, nº 31, p. 41-68, janeiro. 2004.

66% das madrinhas eram desta condição. Crianças forras e ameríndias também foram majoritariamente batizadas por livres. Os laços firmados com compadres e comadres de condição diversa são encarados como uma tentativa de obter ganhos para si e para os filhos, tal qual proteção e recursos para a compra da alforria<sup>15</sup>.

**Tabela 1 – Condição sociojurídica de padrinhos, madrinhas e afilhados em Viamão (1747-1759)**

Condição padrinhos	Condição dos afilhados					Total
	Escravos	Livres	Forros	Indíg.	Adm.	
<b>Padrinhos</b>						
Escravos	29	-	-	-	-	29
Livres	100	307	19	58	16	500
Forros	3	-	-	-	-	3
Indígenas	-	-	-	3	-	3
Ausentes	1	-	-	-	1	2
Indet.	2	-	-	-	-	2
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>307</b>	<b>19</b>	<b>61</b>	<b>17</b>	<b>539<sup>a</sup></b>
<b>Madrinhas</b>						
Escravas	29	-	-	1	-	30
Livres	88	280	16	48	12	445
Forras	4	-	-	-	-	3
Indígenas	1	-	-	3	-	4
Adm.	-	-	-	-	1	1
Protetoras	-	1	-	-	-	1
Ausentes	12	26	3	9	4	54
Indet.	1	-	-	-	-	1
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>307</b>	<b>19</b>	<b>61</b>	<b>17</b>	<b>539<sup>a</sup></b>

a) O primeiro livro paroquial de batismos apresenta um total de 559 cerimônias registradas. Para a elaboração da presente tabela foram desconsiderados três batismos de adultos, bem como outros 19 em que não há ninguém apadrinhando a criança. Em duas ocasiões crianças gêmeas registradas no mesmo assento foram contabilizadas separadamente.

Fonte: 1º Lbv - AHCMPA

<sup>15</sup> Tal como Sílvia Brügger, que entende que o compadrio poderia funcionar também como uma aliança “para cima”, por meio da qual escravizados visariam ganhos como proteção, alforria e herança. BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade** (São João del Rei- séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

No *Vocabulário português e latino* de Raphael Bluteau, *padrinho* é definido como “aquele que faz o ofício de pai e impõe o nome no sacramento do batismo”. Já o verbo *apadrinhar* consiste em “ser padrinho de alguém na justa, no combate, na disputa [...] Apadrinhar a causa, as razões, a justiça de alguém”<sup>16</sup>. Ambas as definições carregam a ideia de cuidado e tomada de partido em relação ao afilhado<sup>17</sup>. Em regiões canavieiras havia o costume entre os escravos fugidos de buscar a mediação de um “padrinho” da vizinhança antes de retornar à propriedade, de modo a negociar melhorias nas condições causadoras da fuga e evitar punições<sup>18</sup>. Na fronteira do império português, uma crença e ritual católico serviam como amálgama entre pessoas de distintas trajetórias e orientações valorativas.

Tal quadro dos compadrios apresenta algumas semelhanças com as sociabilidades do Rio de Janeiro no século XVIII. Nas freguesias rurais desta cidade, descendentes de conquistadores quinhentistas tinham por hábito se aparentar com escravos, forros e demais subalternos com vistas a ampliar seu cabedal social através da produção de dependentes<sup>19</sup>. As interações entre os diversos sujeitos da colonização – desde funcionários régios, passando por potentados até os estratos sociais subalternizados – foram nomeadas por João Fragoso como *hierarquias sociais costumeiras* e, ao mesmo tempo em que refletiam, recriavam os valores excludentes da sociedade estamental europeia. Para este historiador, o parentesco ritual adquire lugar especial no relacionamento entre senhores e escravos, pois, ao ser conhecido por ambos, serviria como “língua comum” entre europeus e africanos. Em Viamão, escravos compadraram-se com pessoas livres pertencentes a diversos grupos sociais, inclusive membros da família

<sup>16</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Dogmatico, etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, e oferecido a el-rey de Portugal D. João V.* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728.

<sup>17</sup> BLANCO, Márcio Blanco. *Op.cit.*, p. 154.

<sup>18</sup> GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 33-59.

<sup>19</sup> FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243-294. FRAGOSO, João. O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre as hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs.). *Exercícios de micro-história.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 157- 207. FRAGOSO, João. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600- 1750). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos.* América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 35- 120.

senhorial. Este foi um retrato comum e que impactou na ocupação da fronteira sul, mas que não chegou aos olhos e ouvidos de Sua Majestade Fidelíssima.

**Tabela 2 – Amostragem sobre a posse de escravos de chefes de domicílio que apadrinharam crianças escravas em Viamão (1747-1759)**

FTP	Padrinhos		Madrinhas	
	N.º	%	N.º	%
Nenhum	12	25,5	9	22,5
1 a 5	18	38,3	14	35
6 a 10	10	19,2	10	25
11 ou +	2	6,4	3	7,5
Indet.	5	10,6	4	10
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>100</b>	<b>40</b>	<b>100</b>

FTP: Faixa de tamanho de plantel.

Fonte: 1º LBV, RCV (anos de 1751, 1756, 1757 e 1758) e RCT.

Os padrinhos e madrinhas livres eram, na sua maioria, pessoas com poucos recursos para o padrão local. Pelo menos ¼ dos padrinhos não possuía escravos e dependia da força de trabalho do próprio núcleo familiar. A Tabela 2 sugere que grande parte dos compadrios aqui observados foram compromissos firmados principalmente por pessoas com poucos recursos. Os casos a seguir ilustram este fenômeno.

### Os Magalhães

O minhoto João de Magalhães, conforme anunciado, liderou uma expedição que levou seu nome e se casou com uma das filhas naturais que o capitão-mor Brito Peixoto tivera com uma indígena administrada. Após o falecimento da primeira esposa, João de Magalhães casou-se com Maria Moreira Maciel, também viúva e integrante de um ramo empobrecido da elite sorocabana. Seguindo o fluxo populacional da vila, João de Magalhães transferiu-se para o Rio Grande de São Pedro. Com ele seguiram os filhos João de Magalhães – nomeado na documentação como *o moço* e casado com Joana Garcia Maciel, irmã de Maria Maciel – e Lucas de Magalhães, além dos genros Antônio José Viegas e João de Azevedo. Na nova



freguesia, a família não manteve o status que desfrutava em Laguna, pois, além de um patrimônio modesto, nenhum membro ocupou cargos na administração local<sup>20</sup>.

A parentela em questão pertencia ao grupo dos pequenos escravistas de Viamão: na residência do velho Magalhães foram identificados três escravizados adultos e uma administrada; Antônio José Viegas explorou quatro escravizados, além de outras duas mulheres nativas; na casa do Magalhães moço só foram identificadas administradas; na residência de Lucas de Magalhães não há registro de cativos<sup>21</sup>. Em 1748, Viegas havia arrematado, ainda em Laguna, uma escrava<sup>22</sup>. Esta talvez tenha sido a única escravizada adquirida pela parentela em questão, pois, acompanhando os róis de confessados de Viamão, não se constata o incremento destes plantéis<sup>23</sup>, que se enquadram no padrão local de estagnação das pequenas escravarias e complemento de mão de obra com nativos<sup>24</sup>.

O velho Magalhães deveria saber, por experiência, que para colonizar Viamão precisaria dos setores servis. Nos plantéis dos Magalhães foram localizados os batismos de seis crianças cativas, sendo que cinco foram batizadas por membros da família senhorial. Duas delas eram filhas de Maria Angola, pertencente ao velho Magalhães: o pequeno Luís foi batizado, na véspera de natal, por Joana Garcia Maciel e um tal de Francisco Cardoso; Ângela, por sua vez, foi batizada por Miguel Brás – outro pioneiro em Viamão e residente nas cercanias – e Maria Guterres.<sup>25</sup> As duas comadres de Maria Angola eram, respectivamente, nora e sobrinha do velho Magalhães. O plantel de Antônio José Viegas contava com o casal Manuel Angola e a administrada Bárbara. Esta mulher teve dois filhos: Isidoro, cujo pai foi registrado como incógnito<sup>26</sup>, e Anastácio, filho de Manuel. O primeiro rebento foi batizado pelo próprio Viegas e Maria Maciel, esposa do velho Magalhães; já o segundo foi apadrinhado por João de Azevedo, concunhado de Viegas<sup>27</sup>. Quanto a Domingas, registrada como *mulata escrava*, teve dois filhos, Ana e Antônia: a primeira recebeu os santos óleos de Magalhães moço e Joana Garcia Maciel,

<sup>20</sup> KÜHN, Fábio. *Op.cit.*, p. 93-102.

<sup>21</sup> AHCMPA, RCV, anos de 1751, 1756, 1757 e 1758.

<sup>22</sup> KÜHN, Fábio. *Op. cit.*, p. 97.

<sup>23</sup> AHCMPA, RCV, anos de 1751, 1756, 1757 e 1758.

<sup>24</sup> RAZZERA, Márcio Blanco. *Op. cit.* No prelo.

<sup>25</sup> AHCMPA, 1º LBV, fl. 106, 24/12/1752; fl.120v, 29/09/1755.

<sup>26</sup> Este é um caso intrigante. É possível que o pai da criança fosse Manuel Angola, mantido incógnito por não ser casado com Bárbara ou por alguma outra estratégia familiar. Entretanto, este casal contraiu bodas somente em 1754, ano seguinte ao batismo de Anastácio, registrado como filho legítimo. AHCMPA, 1º LCV, fl. 27, 1754. Para exemplos de experiências familiares de mães escravizadas e solteiras, ver: BLANCO, Márcio Munhoz. Entre Luzias e Marianas: vivências familiares de mães solteiras escravas no mundo rural (Campos de Viamão, 1747-c.1760). In: COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha Daisson; MARQUES, Rachel dos Santos. **Tecendo suas vidas**: as mulheres na América portuguesa. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017, pp. 167-183.

<sup>27</sup> AHCMPA, 1º LBV, fl.107v, 18/02/1753; fl.136v, 26/10/1753.

enquanto a segunda foi batizada por Antônio José (solteiro) e Paula Rodrigues (casada), não identificados nos documentos consultados<sup>28</sup>.

Dado o cotidiano das relações escravistas e os significados do batismo, Gudeman e Schwartz entendem que a figura e prerrogativa de senhores e padrinhos seriam incompatíveis. Se batizassem os próprios escravos, os senhores estariam impedidos de explorar, castigar e vender os afilhados<sup>29</sup>. Por seu turno, Hameister considera o contrário: o compadrio poderia reduzir tanto os excessos senhoriais quanto a insatisfação e rebeldia cativa<sup>30</sup>. Poderíamos ainda indagar se os Magalhães estariam tentando utilizar o compadrio com setores subalternos como um mecanismo de legitimidade social, conforme a elite fluminense fazia<sup>31</sup>.

No que tange a esta família, é de se esperar que buscassem um status condizente com o pioneirismo, entretanto, a situação econômica impunha a realidade de decadência. Provavelmente os parentes de João de Magalhães entendiam que o batizado representava o cuidado daquelas vidas no plano material, algo especialmente importante após a morte de dois escravizados do plantel de Viegas em 1752 e 1753<sup>32</sup>. Os vários batismos em família representam um compromisso daqueles agentes com a sobrevivência do plantel – garantindo a futura mão de obra para o sustento da família que tinha dificuldade na aquisição de escravizados via tráfico. Vê-se que não há contradição nas expectativas de padrinho e senhor; há, sim, no caso da família Magalhães, uma justaposição de papéis. É uma mentalidade típica de Antigo Regime, baseada ao mesmo tempo no *viver do trabalho alheio*<sup>33</sup> e na imagem de bom cristão.

## Os Pinto Bandeira

A família Pinto Bandeira foi uma das mais importantes da segunda metade do século XVIII no Rio Grande de São Pedro. Detentores de grandes escravarias, rebanhos, terras e de um sólido cabedal social representado pelos cargos públicos e préstimos à Coroa, esta família ilustra, principalmente nas figuras de Francisco e seu primogênito Rafael, o suprassumo da elite meridional setecentista. Esta família era aparentada de Francisco de Brito Peixoto – o pai de Francisco também era casado com uma das filhas do capitão-mor de Laguna. Francisco Pinto

---

<sup>28</sup> AHCMPA, 1º LBV, fl. 111, 18/11/1753; fl.139, 06/02/1757.

<sup>29</sup> GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. *Op. cit.*

<sup>30</sup> HAMEISTER, Marta Daisson. *Op. cit.*, 2006.

<sup>31</sup> FRAGOSO, João. *Op. cit.*, 2010.

<sup>32</sup> AHCMPA, 1º LOV, fl. 94v, termo 554, 01/11/1752; fl. 98, termo 569, 30/12/1753.

<sup>33</sup> FRAGOSO, João. E as plantations viraram fumaça: nobreza principal da terra, Antigo Regime e escravidão mercantil. In: **História (São Paulo)**. São Paulo, volume 34, número 2, p.58-107, jul/dez. 2015.

Bandeira participou de vários episódios da integração da América meridional ao Império ultramarino português e foi uma liderança militar elogiada pelas autoridades<sup>34</sup>. Na vila de Rio Grande, ele casou com Clara Maria de Oliveira, pertencente a uma respeitável família da Colônia de Sacramento. Em 1741, Francisco Pinto Bandeira já era proprietário de gado em Viamão, para onde a família transferiu-se por volta de 1747<sup>35</sup>.

O tenente, futuramente capitão, Pinto Bandeira foi um dos maiores proprietários de escravos do Rio Grande de São Pedro entre 1751 e 1771, ano de seu falecimento. Nos róis de confessados figura como detentor de, no mínimo, dezessete escravizados maiores de sete anos, número altíssimo para o padrão local. Este militar integrava o seletivo grupo de grandes escravistas conectados ao tráfico negreiro que multiplicaram seus plantéis na década de 1750<sup>36</sup>. A busca onomástica revela, no entanto, que pelo menos 92 escravos de todas as idades (excluindo homônimos e aqueles perdidos pela corrosão dos documentos), passaram pelo senhorio deste sujeito na estância do Gravataí<sup>37</sup>. Esta unidade produtiva dedicava-se principalmente à produção de burros e mulas e era movida majoritariamente pela mão de obra escravizada, sendo poucos os ameríndios e trabalhadores livres que por lá passaram<sup>38</sup>.

Dentre as dezenove famílias escravas pertencentes a Francisco Pinto Bandeira, destacam-se duas aqui. A primeira delas era encabeçada por Martinho e Ana Maria. Este casal, registrado como *pardos escravos*, trouxe ao mundo duas crianças: Inácia, que foi apadrinhada por Rafael, filho mais velho de Francisco Pinto Bandeira, e Nazário, que teve como padrinhos Estevão da Silva Conde e Maria da Encarnação<sup>39</sup>. Sobre o segundo casal de padrinhos, nada sei; mas o primeiro padrinho é bastante conhecido dos historiadores do Rio Grande do Sul setecentista. Rafael Pinto Bandeira tinha cerca de catorze anos quando batizou Inácia. Para Hameister, na família Pinto Bandeira o compadrio entre cativos e a camada senhorial teria por finalidade “amalgamar os diferentes estratos [...] dando a noção de pertencimento a um corpo que tinha representantes, em seu interior, de todas as camadas existentes na própria

---

<sup>34</sup> No ano de 1774, o Marquês de Pombal elogiou a valentia e capacidade estratégica de Francisco Pinto Bandeira, já falecido, no combate contra os guaranis e em resistência à invasão castelhana de 1763. Ver: SILVA, Augusto da. **Rafael Pinto Bandeira: de bandoleiro a governador**. Relações entre os poderes público e privado em Rio Grande de São Pedro. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 1999.

<sup>35</sup> BLANCO, Márcio Blanco, *Op. cit.*, 2012. KÜHN, Fábio. *Op.cit.*, 2006. HAMEISTER, Martha Daisson. *Op.cit.*, 2006.

<sup>36</sup> RAZZERA, Márcio Blanco. *Op. cit.* No prelo.

<sup>37</sup> BLANCO, Márcio Munhoz, *Op. cit.* p. 92-96.

<sup>38</sup> BLANCO, Márcio Munhoz, *Op. cit.* p. 93.

<sup>39</sup> AHCMPA, 1°LCV, fl.17v, 07/04/1752. 1°LBV, fl. 112, 27/12/1753; fl. 138, 12/09/1756.

sociedade”<sup>40</sup>. Por seu turno, Aquino observou que o jovem Rafael apadrinhou pessoas de estratos sociais mais baixos, sendo preparado desde cedo para o futuro comando familiar, dando continuidade ao papel de senhor e militar exercido pelo pai<sup>41</sup>.

Na época destes batismos, Francisco Pinto Bandeira estava envolvido na Guerra Guaranítica. Anos mais tarde, o Rio Grande de São Pedro seria invadido por tropas castelhanas e tanto Francisco quanto Rafael se destacariam como lideranças importantes na defesa dos territórios lusitanos. Alguns dos homens arregimentados por Rafael Pinto Bandeira para as batalhas eram seus próprios escravos<sup>42</sup>. É certo que o sentimento de pertença a um corpo comum seria de grande valia para a família. Diferentemente dos Magalhães, que necessitavam deste sentimento para garantir que houvesse quem lhes provesse o sustento, os Pinto Bandeira possuíam os recursos necessários para incrementar seu plantel. Tanto é que entre 1757 e 1758 Francisco Pinto Bandeira comprou treze novos cativos e foi detentor de 10% de toda população escrava da freguesia. Mais do que sustento e riqueza, para os Pinto Bandeira os escravizados eram também uma ferramenta para requisitar as benesses reais. O sucesso na resistência aos castelhanos – efetuado em parte por soldados escravizados – valeria, futuramente, o Hábito da Ordem de Cristo a Rafael Pinto Bandeira<sup>43</sup>. Tendo isto em vista, batizar filhos de escravos estava dentro das estratégias de legitimação social desta família de elite.

A segunda família escrava da estância do Gravataí que destacarei era encabeçada por Grácia e João (chamado de Caburu ou Baracu), ambos traficados no porto de Benguela. Esta africana teve três filhas: Jerônima, registrada como filha natural de pai incógnito, Luciana e Maria, registradas como filhas legítimas do casal<sup>44</sup>. A primeira criança foi batizada por Jacinto Mateus e Isabel Francisca de Bittencourt em agosto de 1752. Os padrinhos eram naturais da ilha de São Jorge, no arquipélago dos Açores, e em Viamão eram um dos tantos casais “que Sua Majestade manda para as Missões”. O pai de Isabel Francisca era capitão, patente que deve ter conferido prestígio aos descendentes, pois Isabel e a irmã foram registradas como *dona* no livro paroquial de batismos. Em 1754, a filha deste casal, Maria, foi batizada por Maria de Magalhães e João de Azevedo, filha e genro de João de Magalhães, respectivamente. Em 1756 foram arrolados em localidade chamada de Estância do Bicudo, próximo à parentela de

<sup>40</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. *Op.cit.*, 2006, p. 324.

<sup>41</sup> AQUINO, Israel. O infante protetor: redes sociais e estratégias familiares na construção da imagem de um jovem senhor (Viamão, 1747-1759). In: **XIV Encontro Estadual de História- Anpuh-RS 2018**. Disponível em: [eeh2018.anpuh-rs.org.br/resources/anais/8/1529331815\\_ARQUIVO\\_textoANPUH.pdf](http://eeh2018.anpuh-rs.org.br/resources/anais/8/1529331815_ARQUIVO_textoANPUH.pdf). Acesso em 9 abr. 2020.

<sup>42</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. *Op.cit.*, 2006, p. 312.

<sup>43</sup> BLANCO, Márcio Munhoz. *Op. cit.*, 2012, p. 45-48.

<sup>44</sup> AHCOMPA, 1º LBV, fl. 104v, 28/08/1752; fl. 113v, 14/04/1754; fl. 133, 12/05/1758.

Jerônimo de Ornelas (outro pioneiro em Viamão) e dois anos depois aparecem em domicílio vizinho ao sesmeiro<sup>45</sup>.

A segunda filha de Grácia Benguela foi batizada por Felipe e sua mulher Grácia, não identificados na documentação. Os padrinhos de Maria, a terceira criança, eram o forro Antônio Pinto e sua mulher Maria Pais. Contabilizando somente os assentos batismais, Maria Pais pertenceria ao rol das madrinhas livres, pois não há nenhum complemento sobre sua origem. Entretanto, com o cruzamento de fontes pode-se saber que ela era ex-escrava trazida de Angola. Antônio também era natural de Angola e pertenceu ao tenente Pinto Bandeira; ele já era viúvo quando se casou com Maria Pais. Em data desconhecida, Antônio também conquistou sua alforria e desde então o casal circulou pela vizinhança. Em 1755 os forros batizaram Ana, filha de Manuel e Domingas, também de Angola, escravos de Caetano da Silva Maia. Nos dois anos seguintes, Antônio Pinto e Maria Pais estiveram arranchados nas terras de Silva Maia, onde possivelmente tiveram plantação ou criação próprios. Em 1758, o casal provavelmente já estava arranchado na estância de Pinto Bandeira quando batizou a filha de Grácia e João Caburu<sup>46</sup>.

Há semelhanças entre os dois casais de compadres de Grácia Benguela. Ambos cruzaram o Atlântico e circulavam pela freguesia de Viamão em busca de um lugar para se fixar. Jacinto Matheus e Isabel Francisca deixaram os Açores pela promessa de terras no Rio Grande de São Pedro. Uma vez em Viamão, tentaram se estabelecer por conta própria, talvez desestimulados pela guerra nas Missões ou atraídos pela vastidão local dos campos. Percorreram toda freguesia: quando batizaram Jerônima estavam na zona da Guarda, o compadrio com a parentela Magalhães se deu na zona Central e a proximidade com Ornelas na região que, após 1757, se emanciparia como freguesia de Triunfo. Acredito que estes ilhéus estivessem tentando arrancar-se em terras alheias, ingressando na clientela de alguns pioneiros, e o compadrio com os escravos de Pinto Bandeira tenha sido a primeira tentativa. Se este não foi o retrato almejado pela Coroa com a política de povoamento, foi um retrato expressivo do acesso à terra na fronteira meridional. Já para o casal de forros, a relação entre compadrio e moradia é mais evidente. Maria Pais e Antônio Pinto também haviam feito a travessia atlântica anos antes, mas agrilhoados na condição de mercadoria. Eles não faziam parte da política de povoamento e não havia a possibilidade de receber terras da monarquia. Arrancar-se não se tratava de adaptar um plano pensado na outra margem do Atlântico, como para os açorianos, mas da sobrevivência possível em uma região na qual eles não escolheram

<sup>45</sup> AHCMPA, 1º LBV, fl. 104v, 28/08/1752; fl. 51, 25/06/1754; fl. 54v, 18/11/1754; RCV-1756; RCT-1758.

<sup>46</sup> AHCMPA, 1º LCV, fl. 27, 17/12/1754. 1º LBV, fl. 121, 29/09/1754; fl. 133v, 12/05/1758. RCV- anos de 1756, 1757 e 1758.

viver. Antônio e Maria mantinham-se sob a esfera de poder dos senhores escravistas, como outros forros e indígenas.

Os compadres de Grácia Benguela e João Caburu não possuíam terras e utilizaram o compadrio com a mesma finalidade. A posse de terras em Viamão era para poucos, pois para requerer a carta de concessão de sesmaria era necessário estabelecer lavouras e criações no solo ou ter recursos para povoá-lo, como a posse de escravos ou rebanhos. Indivíduos com mais recursos apropriaram-se de terras com certa facilidade, pois contavam com escravizados, indígenas e outros subordinados para a prática das arreadas<sup>47</sup>. A maioria da população livre, entretanto, não contava com tais recursos para competir na corrida pelo gado ou por boas terras<sup>48</sup>. A opção possível seria arrancar-se em terras alheias, o que dependia da autorização do sesmeiro. Foi isto que os açorianos Jacinto Mateus e Isabel Francisca e os forros Antônio Pinto e Maria Pais fizeram; durante algum tempo eles devem ter integrado a clientela dos Pinto Bandeira e agregado status ao nome desta família.

Ao mesmo tempo em que os Pinto Bandeira acumulavam prestígio e consolidavam seu poder, de controlar não somente a terra, mas também os homens, as pessoas que se arranchavam em Viamão efetivavam a ocupação da fronteira e expansão dos domínios portugueses na América. Aos poucos o Antigo Regime se acostava pelas paragens do sul, consolidando-se através das práticas católicas, valores estamentais e ligados à conquista e na mentalidade de *viver do trabalho alheio*.

### **Caminhos para as estratégias escravas**

Os casos acima apresentados são, mais uma vez, comparáveis às tramas de parentesco das freguesias rurais do Rio de Janeiro. Victor Luiz Oliveira sugeriu que a relação entre senhores e escravos não seria direta, mas mediada por parentes naturais mestiços, próximos de ambos os lados<sup>49</sup>. Os compadrios de Grácia Benguela e João Caburu sugerem que na freguesia de Viamão, em meados dos setecentos, eram os escravos que poderiam atuar como intermediários entre a esfera senhorial e outros grupos. Esta talvez seja uma das peculiaridades das *hierarquias sociais costumeiras* do Antigo Regime ao sul dos trópicos. Entender as estratégias de mulheres e homens escravizados é um trabalho árduo, pois, comparativamente à

---

<sup>47</sup> SILVA, Augusto da. *Op.cit*

<sup>48</sup> OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

<sup>49</sup> OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. Filhos naturais e elites das senzalas: compadrios e hierarquias sociais em uma freguesia rural do Rio de Janeiro (1691-1721). In: **Revista 7 mares**. Niterói, volume 2, número 4, p. 59-76, junho. 2014.

população livre, sobretudo as elites, há menos dados documentais que permitam conhecer suas trajetórias mais detalhadamente. Apesar de não possuir dados conclusivos sobre as motivações dos escravizados para se compadrarem com pessoas livres, é possível tentar traçar possíveis veredas de ação escrava.

Para compreendermos as ações dos agentes escravizados, deve-se levar em consideração o acesso à informação. Todos os escravos identificados nas fontes paroquiais eram participantes da vida e atividades católicas e, ainda que esporadicamente, frequentavam missas realizadas na capela do arraial, ambiente de socialização com outros paroquianos. Os padres frequentavam as residências dos paroquianos pelo menos uma vez ao ano, durante a quaresma, para elaboração dos róis de confessados. Outras pessoas – como arranchados, peões ou andantes – chegavam e saíam com frequência das estâncias. Não esqueçamos dos guaranis que chegavam atraídos pelas promessas metropolitanas, alguns fugindo da guerra. Recebiam-se notícias do front, pois alguns estancieiros eram também militares, a exemplo de Francisco Pinto Bandeira, que foi um dos oficiais portugueses no conflito. Alguns escravos, compadres de cativos de outros senhores, circulavam pelas estâncias vizinhas. Informações sobre africanos recém-chegados do Atlântico, bem como sucessos e fracassos das plantações e rebanhos deveriam fazer parte da rotina e burburinhos da freguesia. Seja através da vizinhança, de pessoas que chegam ou dos eventos da igreja, as informações circulavam em Viamão. Pelos exemplos citados, não vejo motivos para supor que os escravos, limitados por sua condição, estivessem alheios aos fenômenos vivenciados no sul.

Embora houvesse outras mulheres e homens, Grácia e João Caburu escolheram tanto compadres quanto comadres livres e forros externos ao plantel. Em Viamão, foram poucas as famílias escravizadas que tiveram acesso à plantação ou criação próprias. Assim, ter compadres arranchados nas terras senhoriais poderia representar, ainda que temporariamente, acesso a outros recursos alimentares e melhoria na alimentação para si e seus filhos. Talvez fosse isto que Grácia e João Caburu buscassem ao se compadrarem com forros e açorianos. Não era novidade que estavam chegando ilhéus e que forros e indígenas estavam ingressando nas unidades produtivas escravistas. Além do mais, como a mobilidade escrava dependia do arbítrio senhorial, ter compadres e comadres livres que circulassem pela freguesia poderia representar um elo de comunicação com malungos e familiares separados por venda ou partilha<sup>50</sup>.

Os escravizados deveriam estar cientes não apenas dos fatos em curso na fronteira, mas também sobre os costumes trazidos do Velho Mundo pelos colonos. Refiro-me em especial à

---

<sup>50</sup> BLANCO, Márcio Munhoz. *Op. cit.*, 2012.

conduta católica. Insisto que os escravos presentes na documentação paroquial eram formalmente católicos e, para serem reconhecidos como tal, deveriam ter uma conduta e conhecimento básicos da doutrina. As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* recomendavam atenção especial à educação religiosa dos escravos e tais preceitos eram mediados pela ação dos clérigos<sup>51</sup>. Desta forma, os significados de um ritual tão importante quanto o batismo e os futuros deveres de cada uma das partes envolvidas deveriam ser suficientemente conhecidos pelos escravos. Por exemplo, o respeito e solidariedade mútuos que deve existir entre compadres<sup>52</sup>. Reside aí a possibilidade de utilizar a fraternidade do plano espiritual para uma ação no plano social. Portugueses faziam isto. Maria, Manuel e Domingas (escravos que integraram a teia de compadrios da parentela de João de Magalhães) ou Martinho e Ana Maria (compadres do mancebo Rafael Pinto Bandeira), por mais que fossem utilizados como ferramenta de trabalho e projeção social por seus senhores, devem ter se valido, da maneira que lhes foi possível, das obrigações mútuas que seus senhores compadres católicos lhe deviam. Desta maneira, pelos exemplos apresentados, o compadrio em Viamão não foi apenas uma “língua comum” de negociação entre senhores e escravos, mas uma ponte que permitia conectar, ainda que temporariamente, interesses de grupos distintos, fossem eles terra, prestígio ou sobrevivência.

### Considerações finais

Se para a tradição católica o significado do batismo é unívoco, em Viamão os usos sociais feitos a partir desta cerimônia foram múltiplos. Para escravistas de pequena monta, como a parentela de João de Magalhães, o compadrio era uma aproximação maior com os cativos, uma tentativa de assegurar a preservação da mão de obra. Para os Pinto Bandeira, proprietários de grande escravaria para os padrões locais, batizar os próprios cativos relacionava-se ao poder e status familiar perante os grupos subalternos. Já para aqueles despossuídos de terra, como os açorianos Jacinto Matheus e Isabel Francisca ou os forros Antônio Pinto e Maria Pais, ter um compadre escravo poderia facilitar um arranhamento. Entrelaçado a estas circunstâncias banais, consolidavam-se os interesses da monarquia portuguesa na América meridional.

---

<sup>51</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. Lançando aos leões: pensamentos imperfeitos na tentativa de contribuir com a definição de um conceito de família aplicável ao Extremo-sul do Estado do Brasil no século XVIII. In: SCOTT, Ana Sílvia Volpi *et al.* **História da família no Brasil meridional: temas e perspectivas**. São Leopoldo: Óikos; Editora Unisnos, 2014, p. 75-109.

<sup>52</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. *Op. cit.*, 2006, p. 207.



Uma vez dominando os códigos de conduta católicos, os cativos poderiam utilizar o compadrio para algum proveito próprio, como outros grupos faziam. Para quem vivia em cativo, ter compadres livres ou libertos com acesso à terra poderia ser a possibilidade de incrementos alimentares, em especial em um momento em que poucos escravizados possuíam roça ou criação próprias. A atuação de homens e mulheres escravizados como intermediários entre o senhor e outros agentes não cativos configura-se como uma hipótese à espera de outros trabalhos para confirmação ou recusa.

Investigar o compadrio entre livres e escravizados é contemplar um retrato cheio de matizes e *sfumatos*. Um retrato que provavelmente El-Rey nem soube que foi feito, mas que foi intensamente vivenciado pelos homens e mulheres presentes na integração do Rio Grande de São Pedro ao império português.

## Referências bibliográficas

### Fontes

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA). 1º Livro de casamentos de Viamão (1º LCV), 1747-1759. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). *Projeto resgate de fontes paroquiais: Porto Alegre- Viamão (século XVIII)*.

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA). 1º Livro de batismos de Viamão (1º LBV), 1747-1759. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). *Projeto resgate de fontes paroquiais: Porto Alegre- Viamão (século XVIII)*.

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA). 1º Livro de óbitos de Viamão (1º LOV), 1747-1759. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). *Projeto resgate de fontes paroquiais: Porto Alegre- Viamão (século XVIII)*.

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA). Róis de confessados de Viamão (RCV)- anos de 1751, 1756, 1757 e 1758.

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. TRANSLADO do rol de confessados da nova paróquia do Senhor Bom Jesus do Triunfo, 1758.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Dogmatico, etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, e oferecido a el-rey de Portugal D. João V.* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. [Disponível em [www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios](http://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios)]

### Teses, artigos e livros

AQUINO, Israel. O infante protetor: redes sociais e estratégias familiares na construção da imagem de um jovem senhor (Viamão, 1747-1759). In: **XIV Encontro Estadual de História- Anpuh-RS 2018**. Disponível em: eeh2018.anpuh-

rs.org.br/resources/anais/8/1529331815\_ARQUIVO\_textoANPUH.pdf. Acesso em 9 abr. 2020.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-Anpuh 2011**. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307925540\\_ARQUIVO\\_Oscompadreseascomadresdeescravos.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307925540_ARQUIVO_Oscompadreseascomadresdeescravos.pdf). Acesso em 27 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. Criando porcos e arando a terra: família e compadrio entre os escravos de uma economia de abastecimento (São Luís do Paraitinga, Capitania de São Paulo, 1773-1840). In: **3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/carlos%20de%20almeida%20prado.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2022.

BLANCO, Márcio Munhoz. Entre Luzias e Marianas: vivências familiares de mães solteiras escravas no mundo rural (Campos de Viamão, 1747- c.1760). In: COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha Daisson; MARQUES, Rachel dos Santos. **Tecendo suas vidas: as mulheres na América portuguesa**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017, pp. 167-183.

\_\_\_\_\_. **Pelas veredas da senzala: família escrava e sociabilidades no mundo agrário** (Campos de Viamão, c.1740- c.1760). Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2012.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade** (São João del Rei-séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

\_\_\_\_\_. Compadrio e escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rey, 1730-1850. In: **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1339/1303>. Acesso em 31 mai. 2022.

FRAGOSO, João. E as plantations viraram fumaça: nobreza principal da terra, Antigo Regime e escravidão mercantil. In: **História (São Paulo)**. São Paulo, volume 34, número 2, p.58-107, jul/dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243-294.

\_\_\_\_\_. O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre as hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 157- 207.

\_\_\_\_\_. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600- 1750). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos**. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 35- 120.

GARCIA, Elisa Frühauf. **As diversas formas de ser índio**: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. Tese de Doutorado - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Niterói, 2007.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José. **Escravidão e invenção da liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 33-59.

HAMEISTER, Martha Daisson. Lançando aos leões: pensamentos imperfeitos na tentativa de contribuir com a definição de um conceito de família aplicável ao Extremo-sul do Estado do Brasil no século XVIII. In: SCOTT, Ana Sílvia Volpi *et al.* **História da família no Brasil meridional**: temas e perspectivas. São Leopoldo: Óikos; Editora Unisnos, 2014, p. 75-109.

\_\_\_\_\_. **Para dar calor à nova povoação**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir de registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). Tese de Doutorado- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. **O continente do Rio Grande de São Pedro**: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727- c.1763). Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2002.

KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII. Tese de Doutorado - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Niterói, 2006.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história**: novas perspectivas. 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 133-161.

OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. Filhos naturais e elites das senzalas: compadrios e hierarquias sociais em uma freguesia rural do Rio de Janeiro (1691-1721). In: **Revista 7 mares**. Niterói, volume 2, número 4, p.59-76, junho. 2014.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. In: **Varia História**. Belo Horizonte, volume 20, nº 31, p. 41-68, janeiro. 2004.

RAZZERA, Márcio Blanco. Das mãos que amainam o gado e lavram a terra: escravidão, população e trabalho em Viamão (1747-1759). In: **Aedos**. No prelo.

RIBEIRO, Mônica da Silva. “Razão de Estado” na cultura política moderna: o império português, anos 1720-1730. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.131-154.

SILVA, Augusto da. **Rafael Pinto Bandeira: de bandoleiro a governador**. Relações entre os poderes público e privado em Rio Grande de São Pedro. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 1999.